

## REFLEXÕES SOBRE A ATUAL CRISE BRASILEIRA - II

*José Eduardo Marques Mauro\**

### RESUMO

*Dando continuidade ao ensaio "Reflexões sobre a atual crise brasileira", o autor aborda os temas: desorganização do aparelho burocrático, desestímulo à iniciativa privada e comunicação social deformada. No primeiro, enfatiza os vícios de origem da administração pública e as novas formas de clientelismo surgidas nos anos 50 e 60 do nosso século; no segundo, a predisposição que a estrutura econômica mostra à intervenção do Estado, desde o Convênio de Taubaté; e, no terceiro, refere-se à tendência mundial a uma informação de alcance planetário.*

*Unitermos: aparelho burocrático - política econômica - clientelismo - meios de comunicação - manipulação da informação.*

### A DESORGANIZAÇÃO DO APARELHO BUROCRÁTICO

O mau funcionamento da administração pública no Brasil não é uma questão nova. Retrocede aos tempos da colônia portuguesa, de quem herdou muitos dos seus vícios. Aliás a própria administração da Coroa portuguesa, a partir do século XVII, entrou em decadência acelerada e, especialmente, a complicada burocracia entrou seguidamente o seu relacionamento com as colônias de ultramar. A partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, transmigraram-se, também, as falhas e vícios instalados no cerne da administração central, pois até então os colonos só conheciam aqueles praticados pela administração secundária e periférica ao sistema. Com o rei português no Brasil os brasileiros puderam conhecer de perto os privilégios odiosos do absolutismo real, o parasitismo da corte, os efeitos da incompetência cravados no centro do poder, a força da influência dos poderosos nas mais mezinhas questões. Tomaram contato definitivo com a centralização administrativa da qual, face à incompetência, à desorganização

\* Professor Assistente Doutor do IEB (Área de História)

e à decadência do reino, puderam tão somente visualizá-la nos seus aspectos negativos.

O processo de independência do país assumiu facetas peculiares pelos motivos que são conhecidos de todos. A nova nação não rompeu radicalmente com o seu passado colonial. Pelo contrário, conviveu explicitamente com as estruturas administrativas portuguesas e ainda, depois de muitas décadas, elas se perpetuaram, sub-repticiamente, aqui e ali, no organismo burocrático. A revolução pela independência não foi suficientemente forte e articulada para varrer a mentalidade obscura reinante na corte portuguesa mesmo porque, como já se fez referência, o ambiente cultural da colônia beirava à mediocridade. A grande herança do processo da independência brasileira foi a manutenção da integridade territorial. Na verdade, o império do Brasil nasceu com um grande território, mas gerido por instituições administrativas arcaicas e viciadas. O debate em torno da separação do reino restringiu-se à área política não alcançando em profundidade os domínios da economia, da organização social, administrativa e constitucional. Somente no 2º Reinado e depois da extinção do tráfico de escravos em 1850, o império começou a dar sinais de modernização em alguns setores. Nas questões administrativas as reformas foram sempre tímidas. A administração monárquica pareceu renovar-se aparentemente com a cristalização do sistema parlamentar mas, no fundo, muitos dos antigos métodos vigentes de autoritarismo, clientelismo, nepotismo, morosidade e incompetência, aperfeiçoaram-se sob a fachada de uma democracia monárquica-constitucional-parlamentar.

O movimento republicano, apesar de ter introduzido modificações consideráveis na administração pública com a adoção do federalismo e a separação entre o Estado e a Igreja, manteve intacto o conjunto de métodos, falhas e vícios seculares. O Partido Republicano difundido por todo o país e sem concorrentes sérios até 1926, instituiu a "ditadura partidária", mantendo coeso o domínio político até 1930. A dominação dos chefes políticos locais foi substituída pelo poderio regional dos governadores chancelado e aceito durante o governo de Campos Salles. Mera substituição de pessoas a nível dos estados, mas permanência de todos os antigos e condenados procedimentos a reger a burocracia estatal. Na verdade, a administração pública federal continuou a não servir bem à sociedade, mas a servir aos detentores do poder.

É preciso lembrar que, em certos estados, graças à maior autonomia, ocorreram algumas mudanças apreciáveis a nível da eficiência administrativa, embora o sistema de privilégios não ficasse arranhado. Por exemplo, as primeiras administrações estaduais em São Paulo primaram por demonstrar certa eficiência e funcionalidade. Mercê do comércio internacional do café e do início da industrialização, o estado de São Paulo obteve recursos necessários à agilização dos seus serviços burocráticos e mesmo atuou com sucesso nas áreas econômica, educacional e cultural como alavanca de apoio a empreendimentos e reformas. Isso pode ser facilmente constatado pela leitura dos relatórios das Secretarias de Estado, muitos verdadeiramente modelares. Aliás, a atuação de alguns ministérios da República também melhorou sensivelmente. O provimento das chefias de repartições e divisões administrativas do Estado (e mesmo federal), geralmente, eram entregues a pessoas qualificadas e muitas dessas chegaram a se notabilizar no exercício das suas funções. Falava-se muito de corrupção, mas parece que ela se referia mais a an-

tigos procedimentos condenáveis vigentes do que, como hoje se entende, como a apropriação ou desvio de dinheiros públicos. Poucos políticos influentes fizeram fortuna embora tenham fechado os olhos para o jogo de favorecimento. Do que todos participaram foi das fraudes eleitorais, na época, aceitas como imposição das conjunturas e como parte das regras do jogo político.

A revolução de 30 prometeu grandes transformações na área administrativa mas não revelou muito empenho em modificar as estruturas. O perfil da administração permaneceu, no início, o mesmo embora tenha ocorrido substituição das pessoas nos cargos burocráticos e se transferido o antigo eixo de dominação centrado nos estados de São Paulo e Minas para o Rio Grande do Sul.

Getúlio Vargas, por formação influenciado pela centralização positivista – e mais – a conjuntura difícil dos anos trinta, marcada pela Grande Depressão Econômica e pelo predomínio dos regimes autoritários de direita e de esquerda – encaminhou a administração pelos meandros do intervencionismo do Estado, tão em voga, e depois, pelo discricionarismo da ditadura do Estado Novo. É a época do início do agigantamento do Estado e da crença de que o Estado é a grande mola propulsora do desenvolvimento econômico e social. Por detrás da fachada dos grandes projetos e estudos realizados na era Vargas visando ao desenvolvimento, o que se vislumbra é uma administração pública cada vez mais emperrada, irracional, com resultados práticos ineficazes. Os serviços públicos pioraram consideravelmente, chegando alguns à desmoralização (como o antigo Correios e Telégrafos, as ferrovias federais, a Marinha mercante, etc). Certamente, o crescimento da população, a conjuntura econômica desfavorável, a eclosão da Segunda Guerra Mundial contribuíram para isso. Porém, a filosofia da administração permaneceu a mesma de outrora acrescida de maiores falhas e problemas. A imagem desfavorável continuava a assombrar os brasileiros em todos os níveis, desde as administrações municipais passando pelas estaduais e finalizando nas federais.

Na década de 50, após a reconstitucionalização de 1946, o sistema eleitoral premiou com vitórias alguns políticos carreiristas e oportunistas, com traços nítidos de populismo. As denúncias de favoritismo, clientelismo, nepotismo vieram juntar-se acusações mais sérias de malversação dos dinheiros públicos e a corrupção, no sentido moderno, foi-se instalando no cotidiano político. Contudo, nessa experiência democrática ocorreram exceções em alguns estados e por algum período. No estado de São Paulo, por exemplo, na década de cinquenta, registra-se um hiato nos desmandos e na má administração. Esboçou-se uma reação popular contra a corrupção e a incompetência administrativa e seguidos governos estaduais lograram aprimorar a eficiência dos serviços públicos, elevar o padrão profissional e salarial do seu funcionalismo e implementar com sucesso razoável plano de obras em setores essenciais, como transportes e energia além de obter avanços na área social e médico-sanitária e cultural. O funcionalismo passou a ser recrutado através de concursos públicos e o critério de merecimento nas promoções funcionais. São Paulo recobrou a sua imagem de trabalho, competência e seriedade.

No plano federal o panorama era mais controverso. Ao lado da pesada máquina burocrática foram criados organismos administrativos novos, com mais autonomia para se dedicar à agilização dos serviços, cujos funcionários

auferiam salários maiores e eram dotados ou “contaminados” pela nova filosofia governamental do “desenvolvimentismo” – bandeira levantada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Uma onda de otimismo tomou conta do país e o plano de metas proposto pelo mandatário previa a realização de obras de grande vulto, abrangendo os setores essenciais da economia do país e que funcionavam como autênticos “pontos de estrangulamento” ao desenvolvimento econômico. Iniciou-se, também, a construção de nova capital no planalto central mobilizando recursos de vulto em curto espaço de tempo. Um audacioso plano industrial centralizado na indústria automobilística injetava novo ânimo naqueles que já estavam descrendo do grande futuro reservado ao país como potência mundial.

Entretanto, para levar a cabo esse audacioso plano de metas o governo federal criou uma série de expedientes administrativos extraordinários, quebrando os antigos padrões funcionais vigentes na administração federal. Surgiu assim um sistema dual em que, de um lado, se perpetuavam as injustiças, a ineficiência, a incompetência e os maus resultados práticos e, de outro, procurava-se remunerar melhor os servidores com a percepção de vantagens pecuniárias. Solicitava-se uma resposta rápida da máquina às questões e problemas surgidos, enfim premiava-se a competência. Os objetivos do governo pareciam claros: eram imediatistas. Havia empenho em ultimar-se os trabalhos programados pelo plano governamental sem preocupação com a mudança permanente das estruturas da administração. Na verdade, tudo o que foi criado como excepcional e temporário acabou permanecendo e até o exemplo frutificou e se multiplicou nos governos que se seguiram. Com isso, agigantou-se no mau sentido o aparelho burocrático estatal com repetições de órgãos e funções e instalou-se o germe do favoritismo salarial para os que trabalhavam nos novos organismos criados. Autarquias, empresas estatais, órgãos extraordinários da administração, bancos estatais, superintendências passaram a formar um Estado dentro do Estado, fugindo ao controle do Congresso e dos órgãos fiscalizadores da União. Depois da revolução de 1964 essa tendência foi potencializada ao máximo configurando uma administração pública federal extremamente custosa e perdulária, parcialmente eficiente e excessivamente burocratizada.

O poder passou, pouco a pouco, para o controle dos bajuladores, dos corruptos, em nome da “indústria do anticomunismo”. A revolução foi “inchando” graças a um adesismo desenfreado, aceito sem qualquer critério ou triagem. Talvez os seus chefes sonhassem com a busca do “país da unanimidade” onde todos estivessem a favor de alguma coisa que nem imaginavam do que se tratasse.

A instalação de uma rigorosa censura pelos órgãos de informação e a prática de métodos de odiosa tortura política contribuíram para dar uma feição autoritária à administração pública. Na ausência de debates, sem a possibilidade do cidadão e da imprensa exercerem o seu poder de fiscalização, grupos retrógrados da “direita” servil passaram a ser ouvidos quanto aos rumos do país, fechando-se em círculo sem abertura ou diálogo. A partir daí impuseram falsos dilemas, superdimensionaram os problemas e questões, acobertando a mediocridade e a incompetência, adotando como comportamento, em relação ao chamado “sistema”, a prática do “espírito de ordenança”. As relações administrativas incorporaram rapidamente o novo lema. De fato, o funcionário, de acordo com as novas regras, deveria sempre limitar-se

a cumprir ordens, de forma diligente, sem questionamentos maiores.

Desde ministros até serventes, observa-se o mesmo "servilismo" e isso virou rotina e obrigação.

É preciso lembrar que, embora as Forças Armadas brasileiras gozem de razoável organização, pratiquem a lealdade, o patriotismo e ninguém duvide das boas intenções que animaram os seus chefes quando o povo exigiu, nas ruas, a saída das tropas dos quartéis, apesar disso, por equívocos e mal-entendidos, registraram-se erros e falhas gravíssimas na administração e na ação do governo durante o período autoritário. Basta citar alguns, apenas para refrescar a memória, tais como o acordo nuclear Brasil-Alemanha (que gerou o elefante branco da usina atômica de Angra dos Reis), a Transamazônica, o desmatamento criminoso de Tucuruí, pólos petroquímicos de localização duvidosa, estatais desnecessárias e deficitárias, a doença da tecnocracia, a prática abusiva dos "casuístas" políticos, a geração de políticos biônicos, com raras exceções, pouco recomendáveis etc, etc, etc.

A propaganda governamental apenas acentuava o lado positivo representado pelo dinamismo de alguns dos novos órgãos criados e deixava, positivamente, de lado, a outra face cruel da administração que continuava atolada nos seus erros e vícios. Essa dualidade permaneceu até o final da década de setenta quando, então, para desespero de todos, a outra face "boa" começou também a apodrecer, aliás acompanhando os passos do próprio país como um todo.

Tendência semelhante ocorreu a nível dos estados e de algumas municipalidades das grandes cidades. Esse "crescimento" da administração pública em todos os níveis constitui hoje grave problema financeiro para o Tesouro Nacional, dos estados e municípios assoberbados, em sua maioria, com o pagamento aos seus funcionários, ocorrendo casos da receita global não chegar a atender ao exigido para o funcionalismo. Evidentemente, essa superposição de órgãos e funções interessou à classe política para as suas práticas costumeiras de clientelismo.

O quadro na atualidade continua melancólico, pois, o que era ruim ficou pior e o que funcionava a contento teve o seu nível rebaixado, atuando de mal a pior. Isso tudo apesar dos esforços de "informatizar" todo o sistema. Como se a informática pudesse, por si só, sanar todos os males seculares, esquecendo-se de que os alimentadores dos computadores são justamente aqueles funcionários mal preparados, escolhidos através de métodos políticos geralmente incompetentes ou desestimuladores. Está-se chegando próximo do caos em alguns setores, padecendo toda a população que ainda tem de pagar alto por serviços precários e ineficientes.

Nesse conjunto desolador despontam, ainda, aspectos que agridem constantemente o homem da rua, como é o caso das "mordomias" e dos altos salários pagos a pessoas que não estão à altura ou do cargo que usufruem ou das tarefas que deveriam desempenhar. Há também, os "cargos fantasmas" assumidos por pessoas que não comparecem aos locais de trabalho senão para receber os seus proventos.

Todos os dias a imprensa registra opiniões ou promessas de que haverá um "enxugamento" da máquina estatal, o que soa sempre como mais uma falácia da classe política.

O exemplo federal medrou nos estados e o estado de São Paulo que já

havia sido exemplo de eficiência, de operosidade, de razoável organização, hoje não é nem sombra do que já foi no passado. Absorvendo contingentes numerosos de migrantes a cada ano, provenientes das mais longínquas e atrasadas regiões do país, desembarcados sem instrumentos educacionais, profissionais ou de qualquer ordem, filhos que são da mais cruel pobreza, esses migrantes tentam obter um trabalho no conjunto da massa que constitui a população economicamente ativa no estado. Todavia, as condições que apresentam são precárias, pois, pouco têm a oferecer como habilidades profissionais. Esse rebaixamento do nível da mão-de-obra pode oferecer ao empregador vantagens iniciais em termos de manter estável e baixa a sua folha de pagamento, mas acaba custando caro em termos de eficiência e produtividade a médio e longo prazos. Atualmente, pode perceber-se, claramente, que certos tipos de ocupações consideradas nesse país como "menores" ou "inferiores" (como por exemplo, atendentes, faxineiros, vigias, copeiros de repartições, padarias e lanchonetes, telefonistas, auxiliares de escritório, auxiliares de pedreiro e outros serviços da construção civil) estão monopolizadas por migrantes e seus descendentes. A falta de um treinamento profissional básico reduziu essas ocupações aos níveis mais baixos na escala de valorização profissional e a qualidade dos serviços atingiu graus insuportáveis. O panorama é de extrema tolerância para com a inutilidade dos serviços prestados por essa parcela jogada no mercado de trabalho sem o menor preparo anterior, recebendo remuneração abaixo das suas necessidades mínimas de sobrevivência individual, o que lhes impossibilita, em princípio, qualquer esforço de superação dessa subcondição humana. Acresce-se a esse contingente a massa da população excedente rural do próprio estado que, há muitas décadas, vem migrando para os centros urbanos sem, verdadeiramente, em termos culturais e profissionais, conseguir integrar-se no novo sistema de vida.

Desse modo, a qualidade dos serviços prestados não só pela burocracia estatal como também pela administração das empresas privadas, pelo comércio, pela indústria, pelo amplo setor de serviços decaiu profundamente. Isso é notório para quem conheceu os padrões anteriores da eficiência e controle da qualidade dos serviços existentes. Se os serviços prestados pelo aparelho administrativo não eram excepcionais, hoje estão abaixo da crítica, evidentemente comportando raras exceções. Chega a ser irritante o desconhecimento elementar de qualquer regra de cortesia ou conhecimento por parte de um funcionário destacado para prestar atendimento ao público. Respostas vagas, olhares perplexos face a uma indagação que fuja à rotina habitual, desconfiança defensiva para encobrir a incompetência, são alguns dos artifícios utilizados para descartar mais rapidamente o solicitante de uma informação qualquer que seja.

As queixas são, também, grandes com relação ao funcionamento do Poder Judiciário, no que diz respeito especialmente à demora nas decisões, na brandura para com os poderosos, na burocracia dos seus órgãos, na corrupção dos seus escalões médios e inferiores. De fato, por razões, na maioria das vezes externas ao Poder Judiciário, a administração da Justiça se apresenta lenta e emperrada. Essa é a face que o grande público conhece e abomina. Chega a descrever da sua sinceridade e eficiência.

Desconhece, no entanto, aspectos fundamentais do sistema e onde podem ser buscadas as causas da sua real ineficiência e morosidade. Mais uma

vez a classe descuidou-se de um dos pilares da sociedade, deixando-a numa das maiores crises da sua história.

Esqueceu-se que, para se ter segurança e justiça, é necessário, dentre outros elementos o seguinte: uma lei adequada à época, um aparelho judiciário ágil encarregado de julgar as controvérsias e determinar o cumprimento dos seus mandados, uma organização policial eficiente para prevenir e fazer cumprir os ordenamentos, um sistema prisional e penitenciário capaz de absorver as necessidades do setor. Sem a concorrência desses fatores ninguém pode operar milagres. O que se tem hoje no Brasil? Quanto às leis, quem as elabora? Não é, evidentemente, o Poder Judiciário cuja função é a de fazer cumpri-las, de acordo com o que está escrito nos códigos, nos decretos-leis ou nas próprias leis. Não se permite aos Juízes que inventem dispositivos ou que deixem, de acordo com as suas conveniências, de cumprir determinados artigos das regras jurídicas ou ignorem a existência de outros. Seria o caos, se subsistisse o livre arbítrio nessa matéria. O conjunto das leis de um país é tarefa dos *legisladores*, do Poder Legislativo, em última análise da classe política. Se as leis não estão justas, ou não correspondem à realidade da sociedade ou do momento histórico, isso é problema da classe política, não pode ser atribuído ao Poder Judiciário que não tem prerrogativas nesse setor. Apenas incumbe-lhe julgar de acordo com o espírito das leis. Essa é uma confusão muito difundida na sociedade brasileira e que se estende até a parcelas dos segmentos mais favorecidos, material e culturalmente.

A segunda premissa para o bom funcionamento da segurança e da Justiça é a existência de um aparelho jurisdicional ágil, capaz de julgar com rapidez as controvérsias e emitir os seus julgados com lisura e competência. Na verdade, não é o que se assiste presentemente. Como já foi aludido acima a Justiça brasileira é extremamente lenta, sua organização administrativa é falha, burocratizada e, em consequência, emperrada. Ao contrário, o seu corpo de magistrados, em determinadas regiões, é de alta competência e de reputação ilibada. No geral, a magistratura é de nível razoável e alguns dos seus tribunais gozam de autoridade e respeito, acumularam certo prestígio, ao longo dos anos. Por que, então, essa dualidade? Mais uma vez, deve ser lembrado que é a classe política quem *determina por lei* a organização judiciária. São o Executivo e o Legislativo que comandam a destinação de verbas para o funcionamento do Poder Judiciário. O Legislativo é quem determina, por lei, as competências dos Tribunais e dos Juízes. É do Legislativo a definição do que é objeto de recurso aos Tribunais e dele, ainda depende a criação de Tribunais especializados. Não podem os Tribunais agir, nessa matéria, de acordo com as suas opiniões próprias. Podem externá-las, mas não têm o poder de convertê-las em leis. Portanto, não podem ser responsabilizados sozinhos pela atual situação calamitosa em que se encontra a distribuição de Justiça no país.

Mercê do caos reinante, no estado de São Paulo, por exemplo, há exemplos de Juízes que emitem 6 a 7 sentenças por dia, realizam quase uma dezena de audiências diárias, despacham dezenas de processos, realizam correções nos cartórios, atendem às partes queixosas e esclarecem dúvidas dos advogados e promotores. O trabalho é estafante embora determinados segmentos da sociedade brasileira entendam como cansativo, somente o trabalho manual exercido em outras condições sobretudo penosas. O trabalho intelectual não pode ser comparado com o trabalho braçal ou outra modalidade

de trabalho. São categorias diferentes, não suscetíveis de comparação. Todas são edificantes, pois, desse trabalho depende toda a sociedade. A começar pelo preparo que cada executor deve possuir até nas mínimas tarefas que tem de executar. Tudo é específico e quem acha, apenas, que trabalhar numa biblioteca é mais "manso" do que numa fábrica, por certo, segundo essa visão simplista e superficial, chegará à conclusão falsa de que realmente é. Mas, os fatos relacionados com o homem não são simples, são, aliás, extremamente complexos, assim como o seu próprio organismo, a sua mente, os seus atos, etc.

Desse modo, a magistratura, embora razoavelmente bem remunerada, não pode operar o milagre da boa distribuição da Justiça, nas condições que lhe são oferecidas, isto é, as leis, os recursos para a sua organização, a carência de juízes, a falha distribuição das competências, a deficiente estrutura jurisdicional, etc.

A terceira premissa — referente à organização policial eficiente para prevenir os crimes e contravenções, fiscalizar o cumprimento da lei e, em nome do judiciário, dar proteção ao cumprimento dos mandados — também, não se realiza no país. O bom funcionamento da Polícia depende tão somente do Poder Executivo e do Poder Legislativo. E nesse domínio tem acontecido de tudo: desde a falta de pessoal (policiais, investigadores, delegados, escrivãos, carcereiros etc), de instalações (delegacias, distritos etc), de elementos de apoio (veículos, armas e munições, comunicações etc) até, em muitos casos, de competência, lisura e honestidade. Como já foi ressaltado no início dessas reflexões, o aparelho policial capitulou. Não é capaz de prevenir, nem de fiscalizar, nem de dar apoio ao cumprimento dos mandados judiciais.

A última premissa está intimamente relacionada com a terceira: o sistema prisional e penitenciário é falho e insuficiente para as necessidades. Também essa é competência exclusiva do Poder Executivo, encarregado que é das construções das prisões para o cumprimento das penas impostas em decorrência dos variados delitos. Também cabe a ele organizar o seu funcionamento, apenas fiscalizado pelo Poder Judiciário. Se faltam prisões e penitenciárias no país é porque os "tecnocratas" entendiam serem essas um desperdício de recursos, por não trazerem retornos econômicos e financeiros imediatos. Durante décadas não foram atendidas as necessidades de vagas nas prisões numa conjuntura em que a demanda cresceu ininterruptamente, mercê do crescimento populacional, da miséria, do afrouxamento dos costumes, do rebaixamento da educação, da intensificação do uso de drogas e do alcoolismo, da ineficiência da polícia na ação preventiva, da impunidade reinante devido ao caos judiciário. Variáveis do crime que, individualmente já são capazes de incrementá-lo, imagine-se combinando-se entre si ou sofrendo a pressão conjunta de todas elas? O resultado é o estado de calamidade em que a nação vive no presente instante. Juízes que vacilam em condenar por crimes menores porque, como seres humanos, sabem que o infrator será atirado em prisões abarrotadas, que não diferenciam os infratores de penas leves daqueles criminosos de alta periculosidade. Prisões em que os condenados vivem em condições sub-humanas e onde existem práticas condenáveis de protecionismo, corrupção, que também permitem a formação das poderosas "gangs" de tóxicos e favorecimento. Policiais que, como indivíduos, tropeçam em princípios humanitários, quando percebem o primarismo do "elemento" ou por levarem em conta as difíceis condições sociais e familiares do

prisioneiro, ou porque têm pena do tipo de infração cometida (por exemplo, roubar para comer etc) e se sentem, igualmente, empatizados com o criminoso, pois, padecem dos mesmos motivos e condições (são mal-remunerados, a família sofre das mesmas carências etc). Um sistema de prevenção e repressão ao crime sustentado nessas precárias condições de operacionalidade só poderia mesmo soçobrar! Nesse caso, o Poder Judiciário também não pode ser responsabilizado como, freqüentemente, o faz a "vox populi" ou mesmo alguns órgãos de comunicação mal informados. Deve-se, contudo, registrar que, em algumas crises do passado, o Poder Judiciário foi obrigado a ceder, por temor, por certo, intromissão do Executivo, como no Governo Café Filho em 1955, no plano federal. No plano estadual, e no governo Montoro enfraqueceu-se no controvertido episódio da Reitoria da Unesp

O aparelho burocrático está seriamente enfermo e seu estado foi sempre crônico e piora ano a ano. Os sintomas são facilmente identificáveis por qualquer leigo em administração pública ou privada. Por exemplo, poderia, ainda, ser lembrada a *sistemática falta de continuidade administrativa* que se tem verificado há muitas e muitas décadas. A administração que se inicia passa a ignorar, propositadamente, os atos, projetos e procedimentos iniciados pela anterior. À guisa de "ignorar" ou de "marcar positivamente" a nova administração engaveta os projetos em curso, corta drasticamente as verbas para obras em andamento, atos esses praticados sem o menor estudo de conveniências e executados irresponsavelmente. Os funcionários de carreira já não ficam mais perplexos com tais atitudes, pois, já se estabeleceu uma rotina costumeira nos últimos 25 anos. Embora o problema seja bem mais antigo e as práticas tenham sido executadas há já mais de 150 anos. De fato, na administração monárquica, no período iniciado pela experiência monárquica parlamentar, o terror dos funcionários públicos do Império, de todos os níveis, eram as chamadas "derrubadas". No que constitui esse fenômeno? O partido vencedor (ou o Liberal ou o Conservador, não importa) executava uma "derrubada" geral nos postos da administração pública desde o governo central, passando pelo provincial e chegando no municipal. Deve-se lembrar que o nosso sistema monárquico era unitário, o que facultava ao gabinete que estivesse no poder o domínio nos três níveis da administração, pois, os postos eram de provimento livre do partido vencedor. Portanto, o partido vencedor nas eleições não costumava "dar folga ao inimigo" e exercia impiedosamente a sua prerrogativa institucional substituindo o corpo da administração de "cabo a rabo". Não restava pedra sobre pedra. Por acaso, as eleições eram representativas nessa época? Outra falácia da história oficial que se ensinava, até há pouco tempo, nas fracas escolas secundárias. O sistema parlamentar brasileiro era, nesse aspecto, somente uma fachada, habilmente manipulada pelo Imperador que, até 1868, posou de supremo magistrado da nação graças ao seu Poder Moderador. A substituição dos gabinetes dava a impressão de uma sadia rotatividade dos partidos no poder. Porém, por detrás dessa cortina de fumaça funcionava um mecanismo infalível que consistia, basicamente, no seguinte: o partido que perdia a confiança do Parlamento solicitava ao Imperador dispensa das funções do gabinete que, então, governava o Império. O monarca, exercendo o seu papel no sistema, convocava as eleições gerais no país mas, ao invés de manter o partido provisoriamente no poder até a nova manifestação do eleitorado, entregava o governo à oposição que, neste interregno até a votação, procedia "à derru-

bada" da administração anterior e comandava, assim, livremente as fraudes eleitorais que lhe garantiam, certamente, a vitória nas urnas. A máquina do poder era implacável, pois, o processo eleitoral era uma farsa. Ganhava quem detivesse o comando, isto é, os postos públicos.

A raiz da falta de continuidade administrativa verificada até hoje pode ser buscada nesses procedimentos viciados do passado. A República manteve o sistema porque era útil. O Partido Republicano, uma verdadeira "frente" como se entende modernamente, comportava inúmeros grupos e tendências e para acomodá-los todos no mesmo "saco", o sistema mostrava-se satisfatório porque quem "levava" nas eleições montava a sua própria engrenagem administrativa, sem contestações mais sérias e, ainda, o comportamento era considerado de rotina. O comandante das "derrubadas" era o chefe político (local ou regional) e nem sempre era ele o detentor oficial do poder. Mas nada que se referisse a preenchimento de cargos poderia ser feito sem o seu aval ou consentimento.

Na última década revigorou-se essa prática da administração pública brasileira. Tem-se assistido a governadores implacáveis com os seus adversários (alguns mesmo com as alas dissidentes de seus partidos), o que tem sido lamentável. Jamais a administração pública, salvo exceções em breves períodos de tempo, conseguiu profissionalizar-se, agir impessoalmente, independente do partido ou do grupo no poder. É sabido que nos países avançados econômica e culturalmente, principalmente, naqueles que optaram pelo regime parlamentar de governo, as administrações públicas são o esteio do governo. Trabalham bem sob qualquer gabinete e mesmo nas crises o país não se ressentido do fenômeno da "paralisia" da administração, pois, ela conhece as suas funções e exerce o seu papel de continuidade a contento. Contudo, os critérios de seleção e de avaliação de desempenho dos seus órgãos e funcionários estão pautados em outras premissas. As garantias oferecidas aos servidores e o respeito pelas regras do jogo pelos diferentes partidos, permitem a permanência desse quadro salutar que, no fundo, é uma vantagem para o país e para os próprios partidos.

No Brasil, a administração pública é um prato cheio para os apetites eleioeiros da classe política. A falta de continuidade administrativa veio somar-se outro "truque" muito utilizado nos últimos anos. Trata-se de *consumir o orçamento do próximo governante* ou *deixar-lhe um passivo colossal* que lhe atará as mãos por muito tempo. Com isso aumenta-se o grau de *impunidade* de que gozam os poderosos, que jamais respondem pelo mau gerenciamento das coisas públicas, pela sua ineficiência e sobretudo pelo desperdício da reserva do tesouro. Aliás, a palavra *desperdício* é a tônica passada e atual da administração em todos os níveis. A mentalidade vigente, tanto dos governantes e dos funcionários quanto de expressivos setores da população, é a de que a parcimônia não deve existir quando se trata de coisa pública. Tudo deve ser grandioso (sem se atentar se a realidade comporta ou exige essas dimensões), tudo deve ser do melhor (como se os dinheiros do suado e sofrido povo brasileiro fossem para alimentar vaidades e luxo) e assim por diante. Coisas e objetos que, ainda, prestam utilidade são encostados em depósitos, sem qualquer cuidado com a conservação e sucateados "engordando" as retiradas de funcionários desonestos numa indústria, também, muito comum e da qual se falará no próximo inciso referente à corrupção. Para se ter uma idéia da questão, basta o exemplo da Universidade de São

Paulo, autarquia que sofre permanentemente da crônica falta de verbas e onde, até há pouco tempo atrás, os seus veículos funcionais não dispunham, em sua maioria, de garagens para abrigá-los da corrosão, do desgaste e da pilhagem dos ladrões. As unidades, em 2 ou 3 anos, eram forçadas a renovar a frota por inexistir uma garagem central para os seus veículos. Ineficiência administrativa num setor que deveria primar pela racionalidade.

De braços dados com o desperdício caminha a idéia que se faz da administração como uma *entidade de assistência social*, uma santa-casa para os enfermos da incompetência ou enteados da sorte. Todos desejam, a qualquer preço, entrar para o rol dos "privilegiados" da administração pública. Todos querem usufruir do pouco trabalho, da "moleza", das "vantagens" que oferece um emprego público, onde, ao final, poderá se usufruir de uma segura aposentadoria integral. Com essa mentalidade os políticos clientelistas providenciaram um "lugarzinho" para os seus afilhados, protegidos e apaniguados. Se não há vagas, que se "inche" a repartição, pois, ela funciona, nas épocas eleitorais, como assistência social. Depois de admitido, o funcionário guindado ao posto segundo tais critérios (ou falta de critérios) não pode ser avaliado profissionalmente porque, em caso dessa avaliação lhe ser desfavorável e poder custar-lhe o lugar, o avaliador passará a comprar uma briga séria, a começar pelo "pistolão" que o indicou acabando na pressão dos colegas e de certa imprensa que transformam o mau funcionário rapidamente de vilão em vítima e o chefe de justo em desalmado e perseguidor.

A superposição de órgãos e funções que se verifica em todos os níveis da administração brasileira além de ser uma constante histórica está vinculada a todas essas práticas de clientelismo, ineficiência, idéias equivocadas sobre as funções públicas, improdutividade, falta de entrosamento dos níveis etc. Um cancro que mina ministérios, secretarias de estado, secretarias municipais, autarquias e empresas públicas. Parece um caso insolúvel porque a eliminação dessas "fartas gorduras" implicaria em graves problemas políticos e sociais. Nenhum governante parece querer assumir essa atitude "impopular" e "antipática" de racionalizar a administração. Prometem, ensaiam e esboçam tímidas reformas, já eivadas de falhas e contendo os germens de novos vícios. Ninguém pensa numa *mudança filosófica das estruturas administrativas* capaz de introduzir novos comportamentos, apresentar resultados definitivos de operosidade e eficácia e eliminar as trilhas seculares da ineficiência. Dessas mudanças é que o país necessita urgentemente e não de meras palavras, promessas, planos mirabolantes e impraticáveis.

## O DESESTÍMULO À INICIATIVA PRIVADA

Uma análise global permite inferir que as estruturas econômicas brasileiras estão, desde há muitas décadas, predispostas à ação intervencionista do Estado. Historicamente, a primeira e grande incursão do Estado brasileiro diretamente no campo econômico data dos planos de valorização do café, iniciados com sucesso em 1906, depois do Convênio de Taubaté. De fato, essa primeira investida alcançou êxito espetacular para o Governo do estado de São Paulo que bancou financeiramente a operação, e a segunda e a terceira beneficiaram o Governo federal. Entretanto, a permanência da política de valorização do café, como se sabe, estimulou a super-produção do produto e

contribuiu para a grande derrocada por ocasião da Grande Depressão dos Anos Trinta.

O avanço do Estado nos domínios da Economia encontrou respaldo nas teorias de John Maynard Keynes – o Keynesianismo – e o campo de provas da política antidepressionista dos Anos Trinta foi praticado, principalmente pelos Estados Unidos através de um vasto plano de obras empreendido pelo Presidente Roosevelt – conhecido como o *Great Deal*, e ainda pelo controle minucioso de preços e produtos por parte do Estado, preconizado pelas teorias econômicas de então. O abalo sofrido pelo sistema econômico liberal da época acarretado pela Grande Depressão foi decisivo para levar as novas idéias econômicas ao âmbito do poder político e influenciar toda uma geração de economistas que passaram a ver no Estado a grande alavanca de desenvolvimento econômico. Evidentemente, o Brasil não poderia ficar imune a essas tendências e durante a “Era Vargas” foram realizadas várias tentativas de capitalizar determinados setores empresariais para agirem como “linha auxiliar” dos projetos de intervenção estatal na economia. Contudo, essas iniciativas do Estado se davam pela cooptação de empresários próximos aos círculos do poder, a quem se concediam verdadeiros monopólios, seja no setor de fabricação industrial, seja no setor de comunicação, seja no setor de matérias-primas e alimentos. Desse modo, surgiram empresários quase absolutos nos negócios do vidro, do rádio, da farinha de trigo etc, beneficiários das benesses e da nova proteção do Estado. Também o poder público interveio no setor dos serviços públicos através de tarifas demagógicas, lançando a indefinição na área privada quanto a novos investimentos no setor, bloqueando iniciativas e contribuindo para que se operasse a depreciação do maquinário e sua rápida obsolescência.

O Estado, pouco a pouco, vai se transformando em grande empresário na década de quarenta, bancando a construção de Volta Redonda, entrando em cheio no plano da energia elétrica, aumentando a sua participação no sistema ferroviário, encampando empresas de serviços públicos nas grandes cidades. Os relatórios e estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos desenvolvidos entre 1945 e 1954, mostram claramente o novo papel catalizador reservado ao Estado nas atividades econômicas. A política industrial de substituição das importações continuou a privilegiar apenas determinados empresários. Na realidade, o setor industrial persistiu na dependência de favores e tarifas pretenciosas do Estado para se estabelecer ou crescer.

Essa dependência do setor privado em relação ao Estado, já nas suas origens, talvez explique a timidez das atividades empresariais no país e a pouca vontade do empresário em assumir riscos. Contribuiu para isso, evidentemente, o comportamento instável do Estado que através de políticas monetárias e outros expedientes criou dificuldades de toda ordem à livre empresa, modificou as regras do jogo a todo momento, seja no campo monetário e fiscal, seja na área de importações e exportações. A política de incentivos não trouxe a necessária segurança aos investidores que, muitas vezes, estimulados acabarão, mais tarde, pagando caro por terem acreditado nas boas intenções do governo. Do mesmo modo, a Receita Federal ora tem premiado contribuintes que agem corretamente no pagamento dos seus impostos, ora tem favorecido os sonegadores por displicência na fiscalização. O controle dos preços tem deixado a desejar, seja por estabelecer tabela-

mentos fora da realidade, seja por realizar ajuste de preços com defasagem de tempo considerável, prejudicando os produtores.

A política industrial, até há pouco tempo, não estabelecia objetivos claros e nem se preocupava suficientemente com a questão tecnológica, hoje *carro-chefe* de qualquer esforço de industrialização. As indústrias têm dificuldades para se instalar e são oneradas com uma carga elevada de impostos sobre o trabalho assalariado, tornando a responsabilidade financeira um obstáculo ao reinvestimento e à expansão. O pequeno e médio empresários vivem sob tensão face à instabilidade da ação governamental e ao avanço do controle desordenado do Estado sobre os negócios.

Acresce ao fato o desvirtuamento do sistema econômico na atualidade em que o *papel de rentista* é mais valorizado do que o *esforço de produção*. Como já assinalou um conhecido empresário paulista há pouco tempo, o país parece um "grande cassino". Os investimentos na produção são menores do que o volume de aplicações nos papéis da renda do Governo. A inflação alta faz com que se perca o valor relativo dos bens e serviços e faz medrar uma mentalidade ociosa nos que detêm o capital. Cria, por outro lado, *experts* em ganhar dinheiro fácil com a inflação. Há empresários que consolidaram um verdadeiro *know-how* em tirar proveito da desorganização operada pela conjuntura inflacionária no sistema de preços dos produtos, repassando os custos para os preços finais em doses mais elevadas do que a depreciação da moda, logrando, assim, acumular fortunas em plena época de crise econômica.

As experiências encetadas pelas chamadas políticas "heterodoxas" que culminaram primeiramente com o *plano cruzado* e depois com o *plano Bresser*, acabaram sendo desastrosas a médio e a longo prazos para o Brasil. Desorganizaram a produção global do país e transmitiram uma sensação de desconfiança total no Governo por parte da população. Esse aspecto é mais grave quando se pensa no futuro da sociedade brasileira, pois impede e bloqueia qualquer esforço de mobilização da sua gente.

Na área rural as mazelas da política econômica têm acumulado erros passados que conseguiram desarticular o já frágil sistema de produção agrícola. Uma inconsistente política de preços mínimos tem mantido os preços em baixa quando o pequeno e médio produtores logram tirar da sua propriedade uma safra mais abundante, ocasionando redução, portanto, da sua margem de lucros; quando, no entanto, as condições climáticas se tornam adversas o governo incentiva o plantio, para a próxima safra, dos produtos em falta no mercado, para, em seguida, mantê-los, novamente, em baixa. A prática recente de emprestar a juros de mercado, sem um preparo prévio das condições infra-estruturais do produtor depois de anos de créditos a juros subsidiados, tem levado milhares de produtores à miséria. A implantação de seguros agrícolas duvidosos fixam, por exemplo, a data do sinistro mas, o pagamento do mesmo só se opera depois de 90 a 120 dias, sem que a agência seguradora faça cessar, na data do sinistro, os efeitos dos juros em cascata que continuam assim a onerar a dívida do produtor no bancos, até a data real do pagamento do seguro nas agências bancárias. Isso pode levar, na atual conjuntura de inflação elevada, a um acréscimo de 60 a 80% da dívida sem que ela esteja coberta pelo seguro. Sem falar do comportamento, por vezes, desonesto dos agentes financeiros oficiais da lavoura. Práticas existem, consolidadas através de décadas, que garantem a infalibilidade do aforisma: "O

Banco do Brasil nunca perde e nunca está errado etc". Isso faz com que o cliente que sofre algum descontrole nos seus negócios motivados por eventual cataclisma, ou mesmo é afetado por alguma falha no sistema bancário, esteja metido em sérias complicações com os credores e acabe perdendo o pouco que tem para o Banco.

Não é somente a lavoura que tem padecido da ausência de uma política agrícola integrada. A pecuária de leite tem decaído de nível a olhos vistos, apresentando queda da produção e abate indiscriminado de matrizes selecionadas. Assistiu-se, até há pouco tempo, ao desmantelamento de plantéis geneticamente selecionados, por décadas, por produtores que desistiram de lutar contra a corrente da irresponsabilidade da política governamental para a produção do leite. Aumento desenfreado dos insumos, financiamentos imediatistas, desonestidade na direção de algumas cooperativas, tudo contribuindo para o desânimo do produtor.

A pecuária de corte tem revelado tendências alarmantes no que se refere à queda do consumo de carne entre a população, e o aviltamento do preço por quilo que atingiu um dos pontos mais baixos nesse último quartel.

O país está chegando muito cedo, sem preparo prévio, a uma realidade que já atingiu os países altamente desenvolvidos onde as atividades rurais só são compensadoras quando exploradas em grande escala e por grupos econômicos cada vez mais poderosos. Essa situação precoce é totalmente inadequada e irreal para o país.

Apenas se têm salvado alguns produtos voltados para a exportação, como o café, a soja, e os cítricos pois, variações do mercado internacional, remuneração compensadora em moeda estrangeira e a menor carga tributária têm possibilitado alguma margem de lucro a esse setor privilegiado da produção.

Uma visão de conjunto para toda a produção agrícola e rural é completamente desalentadora. As margens de lucros porventura auferidos pelo produtor nem sempre compensam o trabalho insano dedicado à organização do trabalho e ao enorme risco que se corre quando não se está devidamente aparelhado para minimizar os revezes climáticos. A política agrícola, que os vários governos têm enunciado, praticamente reduzem-se a um único objetivo: produzir safras recordes de grãos, como se o volume da produção fosse a única e grande compensação para tão insanos esforços. Mais uma ilusão, mais uma conclusão superficial dos tecnocratas que, por certo, jamais plataram um pé de alface em toda sua existência e que nem por isso se vexam de se colocar como os únicos mentores do Ministério da Agricultura e Planejamento.

Outra balela que tem sido impingida por décadas aos brasileiros é a crença de que a adoção (ou a modificação) de uma política econômica será capaz de reverter a situação ou a crise instalada. Isso tem tornado determinados economistas verdadeiros messias, como se dos seus poderes sobrenaturais pudesse advir a salvação do país. Justamente, pela falta de visão global dos problemas, o esforço dirigido unicamente para um setor das atividades (no caso o econômico) jamais será suficiente para reverter toda uma situação extremamente complexa que tem raízes políticas, sociais, institucionais e culturais. Pode advir uma certa melhora no doente, mas ela será transitória e breve, não terá o poder de, por si, propagar-se para o resto do organismo enfermo. Há bloqueios de comunicação e propagação irremovíveis. Desse mo-

do, um bom diagnóstico da crise econômica não é suficiente para reverter a situação geral, assim como se trata de mais uma falácia a afirmação de que *se a economia vai bem o país não está em crise*.

As razões profundas da crise do setor produtivo devem ser buscadas em múltiplos fatores que incluem, dentre outros, a desmedida participação do Estado na economia seja como empresário direto, seja como mau controlador das principais atividades, seja como inibidor da participação do setor privado por ausência de credibilidade no sistema por ele gerido e excessivamente controlado. Além disso, não se deve esquecer que num país de parques capitais o Estado tem assumido um papel de perdulário e dilapidador de patrimônios populares, o que absolutamente não o recomenda aos olhos de ninguém como um bom gestor de qualquer negócio ou atividade.

## A COMUNICAÇÃO SOCIAL DEFORMADA

É inegável que a Humanidade se beneficiou enormemente com a implantação dos novos meios de comunicação, a partir da segunda metade do século passado e com a consolidação e expansão dos mesmos ocorridas nesse século. Os efeitos benéficos se fazem sentir em todos os campos da atividade humana desde a difusão das técnicas e da tecnologia no campo da organização da produção até as de natureza médico-científica. Sem falar na área política e social em que a divulgação da informação é capital para as garantias da liberdade além de considerável na fiscalização do poder público e ainda, escudo contra os abusos na área privada. No campo da educação os meios de comunicação mostram-se cada vez mais criativos, e, se bem conduzidos, podem tornar-se instrumentos eficazes na complementação dos esforços e iniciativas globais em programas educacionais.

Na verdade, a informação atingiu nível planetário e é capaz, em pouco espaço de tempo, de comunicar um fato ocorrido na mais longínqua e isolada região da Terra. O homem contemporâneo já incorporou essa realidade ao seu cotidiano e, praticamente, se ele tiver acesso à comunicação, nada escapará ao seu conhecimento.

Contudo, não se pode, igualmente, negar que o acesso à comunicação é uma faca de dois gumes. Pode ser altamente positiva como pode ser perigosamente danosa aos indivíduos. Isso porque persiste um mal mais que milenar que é o da *manipulação da informação*. Graças ao aperfeiçoamento e à sofisticação dos difusores da informação, que permitem um alcance quase que instantâneo da sua veiculação, os efeitos maléficos da manipulação certamente agirão sobre os indivíduos mais como bomba nuclear do que como artefato caseiro, pois, os seus poderes amplificaram-se e, muitas vezes, tornaram-se mais difíceis de serem controlados.

A deformação, por outro lado, adquiriu requintes e os seus efeitos danosos estão, ainda, recentes na memória do homem contemporâneo e fazem mesmo parte de sua história. Quem não se recorda do mau uso da informação nos estados totalitários da Alemanha hitlerista, na União Soviética (principalmente na era stalinista), na Itália fascista, no período marcatista nos Estados Unidos e nas ditaduras latino-americanas, asiáticas e africanas?

Sem contar que, na realidade, a manipulação é um dos elementos basilares dos sistemas estratégicos de qualquer nação moderna. Ela é utilizada

sempre nos conflitos e nas guerras no sentido de abater a moral do inimigo, semear a incerteza no adversário e reforçar a coesão dos aliados e da população em geral em torno dos seus objetivos.

No campo econômico ela reforça a guerra dos interesses econômicos. É capaz, através do boato, de causar danos irreparáveis e até ameaçar de *crack* as poderosas e sólidas economias. Não sendo um simples boato, mas a ele correlacionada, existe a informação manipulada pelo suborno com a finalidade de causar prejuízo deliberado. Como, também, generalizou-se o negócio da informação, pelo qual só se veicula a notícia se houver pagamento para a sua difusão.

Percebe-se, claramente, que a informação transformou-se num *jogo perigoso* e o público consciente, que consegue discernir as teias da desinformação deliberada, empenha-se numa luta desigual. Quem ousar enfrentar adversários dispostos a ganhar, sairá, certamente, derrotado pelo peso e pela importância assumidos pelos órgãos de informação.

Essa distorção é o lado podre da laranja e se constitui, lamentavelmente, num fenômeno também planetário.

Entretanto, nas sociedades onde o nível de instrução e educação são mais elevados (que gozam de maior possibilidade de filtrar as informações e crivá-las de juízos críticos), o fenômeno é possível de ser minimizado. O que não ocorre nos países onde a população não tem defesas adquiridas contra o mal e que, ainda por cima, está sujeita à ação dos grupos políticos e econômicos que se utilizam do seu despreparo como massa de manobra, objetivando a sua permanente dominação.

A situação brasileira está mais próxima desse último quadro. Aqui convivem e se refletem os graves problemas mundiais no domínio da comunicação somados aos peculiares aos países de grande nível de pobreza. Aqui pratica-se abertamente a desinformação e não se utilizam, convenientemente, os benefícios da comunicação sadia com fins educativos. A comunicação não exerce os seus efeitos benéficos de acordo com as suas potencialidades atuais mas, por outro lado, ela ajuda a destruir a frágil cultura, a educação e a moral existentes. E mais! Está cristalizando padrões de mediocridade, de oportunismo, de esperteza, de materialismo nas relações sociais e disseminando a corrupção em todos os níveis.

Para fundamentar essas acusações passemos em revista a atuação dos órgãos de informação no país, começando pela *televisão*.

As programações das redes televisivas estão, quanto ao baixo conteúdo, se assemelhando cada vez mais, embora uma ou outra se prime pelo aperfeiçoamento técnico. Há emissoras com nível técnico comparável às melhores redes estrangeiras. Entretanto, as programações ditadas invariavelmente pelos índices de audiência desceram a um nível de rotina e mediocridade incomparável. Em todos os setores a mesma uniformidade. Novelas que além de longas, prolixas, exploram freqüentemente a temática da vulgaridade. Os personagens valorizam apenas o ócio, o luxo e a fornicção. Não apresentam variação qualitativa nos seus comportamentos sendo ou ingênuos, ou maus, ou inconscientes o tempo todo. Escolhem caminhos condenados para subir na vida ou para manter posições conquistadas apelando facilmente para o crime e para o estelionato. A imaturidade campeia sucedendo-se cenas de impulsividade, de ciúme doentio ou deboche deslavado. Por serem excessivamente longas e, segundo a imprensa especializada, escritas a muitas mãos,

os personagens esquecem-se, com frequência, do que já disseram antes, reinando, portanto, uma incoerência primária nos respectivos comportamentos. Dado o grande alcance como meio de difusão, esses exemplos de *irrealidades* são transmitidos "para todo o país". Desde o barraco dependurado no morro ou às margens de um córrego pestilento até as habitações de classe média e nas mansões da alta burguesia. Todos drogam-se à mesma hora e "viajam" pelas fantasias mal elaboradas, com direito a receber gratuitamente duas a três mensagens sub-liminares de baixo nível, através de falas gratuitas de algum personagem. É preciso ressaltar, mais uma vez, que toda essa superficialidade se desenvolve em cenários bem cuidados, em cores e com utilização dos melhores e mais atuais requintes técnicos.

O que dizer da publicidade imposta às vezes até por 5 minutos seguidos? Mau gosto, malícia, sensualidade, cenas quase explícitas de sexo, valorização de traseiros femininos e masculinos. Claro, há exceções, principalmente, os que apelam para o esporte e o bom humor. A maioria, porém, é pouco criativa, repetitiva e de mau gosto. Felizmente a esse respeito os publicitários, através do seu conselho, têm exercido a auto-censura contra o mau gosto com resultados, até o momento, satisfatórios.

Também, não transparece nenhum critério qualitativo para a escolha dos "enlatados", uma autêntica má escola que assola não só o nosso país mas o mundo inteiro. As séries policiais resumem-se num festival de mortes e assassinatos fortuitos, justificados, às vezes, pela necessidade de descobrir o assassino. Um crime gera dezenas de outros e, entre 30 a 45 minutos, assiste-se a crueldades abomináveis dissimuladas sob o manto da prática da justiça e da preservação da liberdade.

Nem o esporte escapa da mediocridade. As transmissões sofrem interferências de locutores culturalmente despreparados e os espetáculos têm de ser digeridos com comentários grotescos, estatísticas mal elaboradas e sem critérios, comportamentos puramente passionais, além de serem perpetrados pelos locutores os maiores delitos contra a língua portuguesa.

O humorismo, idealizado para o grande povão, acaba cristalizando um festival de "besteirol". Os menos danosos são os programas de auditório por se constituírem em diversão e brincadeiras deliberadas.

Finalmente, o que dizer do jornalismo na televisão?

Os grandes noticiários não têm cumprido o papel de difusores de informação mas têm contribuído para propagar banalidades tendo se esmerado, também, em retratar climas catastróficos ou unicamente negativistas. Utilizam para isso métodos rotineiros como pequenos *flashes* de entrevistas que, geralmente, repetem as palavras que o comentarista acaba de soletrar, como se esse "fragmento" que apresentam (não raro pinçado matreiramente) representasse um "documento" a corroborar um elemento da verdade. A montagem da estrutura desses noticiários envelhece rapidamente e, há pelo menos uma década, mutilam-se entrevistas, deturpam-se as falas dos entrevistados, pinçam-se frases ou falas de modo a semear a ambigüidade e a desídia "para todo o Brasil". Quando não se perverte o noticiário, dá-se cobertura a fatos secundários com fins não muito claros. De fato, acontecimentos significativos ou marcantes são totalmente ignorados de forma deliberada. Os motivos variam desde o viés ideológico do editor do jornal até a antipatia do proprietário ou, ainda, por razões excusas cuja enumeração certamente não engrandecerá ou abonará qualquer emissora.

Os blocos de comentários tornam-se superficiais mercê da "ditadura do tempo" que comanda as produções de televisão. As entrevistas individualizadas são desperdiçadas por motivos vários. Por exemplo, os entrevistados são, geralmente, levados a emitir opiniões desde economia política até culinária, tendo, ainda, que declinar gostos e dar pareceres sobre futilidades. Em outras palavras, o entrevistador não procura extrair o conteúdo original da especialidade do entrevistado. Isso ocorre ou por despreparo do jornalista, ou por falta de planejamento da entrevista ou, ainda, pelo vício da superficialidade e futilidade (entendida como fator positivo para a captação de maiores índices de audiência).

Na maioria da vezes as entrevistas não atingem seus objetivos porque as personalidades entrevistadas, apesar de serem questionadas por conhecidos e prestigiados profissionais do jornalismo, esses não dominam as especialidades em que são versados os entrevistados, não possuindo conhecimentos sólidos sobre as matérias principais ventiladas. Com isso, ocorre um efeito catastrófico para o espectador em geral porque o entrevistado pode impunemente dizer inverdades, apresentar incoerências no seu discurso sem que o apresentador se aperceba delas, ou mesmo seja capaz de rebater dados de mais elementar refutação. Os telespectadores desavisados acabam "engolindo" inverdades como se fossem conhecimentos, tudo sob a chancela do grande medalhão do jornalismo. Os que são capazes de detectar as falhas e os insultos à inteligência, por certo, têm de se contentar em agitar-se e retorcer-se nas poltronas ou, mesmo, exercer o único poder de punir a emissora que é desligar o seu aparelho ou mudar rapidamente o canal.

Por outro lado, existe o reverso da medalha que consiste em, deliberadamente, desservir-se a informação. O método mais utilizado é o da agressividade. O jornalista aproxima-se do entrevistado (que pode ser um ministro, ou governador, ou prefeito, ou candidato, ou cientista ou simples cidadão) e dispara a sua metralhadora giratória de agressão com o objetivo de acuá-lo, colocando-o na defensiva. Se a pessoa reage de forma mal-humorada ou rebate ao insulto a emissora passará, freqüentemente a persegui-lo e a colocar a sua imagem, invariavelmente, em posições e situações que o diminuam ou o ridicularizem.

Desse modo, a verdade, a informação limpa, a difusão da educação, da cultura e outros valores elevados não são decididamente a meta das emissoras. Nem o humor sadio, ou o divertimento honesto são sequer objeto principal da sua preocupação. O debate equilibrado enriquecedor de conhecimentos já foi deixado de lado, há muito, assim como a publicidade respeitável.

Muita coisa anda errada nesse setor da comunicação: em primeiro lugar o despreparo profissional dos jornalistas e dos proprietários das redes de informação. Os primeiros cometem as "gafes" a que já aludimos acima e quando possuem algum preparo, não têm dignidade profissional para se recusar a baixar o nível dos programas. Os segundos, os donos dos impérios, acabam decidindo sobre tudo o que conhecem muito pouco. Isto quer dizer, em outras palavras, tomam decisões para as quais não estão preparados e isso ocorre porque são os detentores do controle acionário das redes de televisão. Por que se permite esses fatos em países de cultura heterogênea como o nosso? Porque os critérios de concessão de exploração dos veículos de difusão são eminentemente políticos. Não se atenta, nem por um momento, para a gravidade do fato de se entregar um "brinquedo" tão perigoso para ser

manipulado por mãos tão incapazes. Milhões de pessoas são afetadas por decisões desastradas ou mal intencionadas de políticos incapazes ou desonestos.

Lutar contra esse dragão da má informação com amplo espectro de difusão é tarefa primordial de qualquer programa de reerguimento do país. Embora, possa custar bastante caro a quem se decidir encarar a questão.

No *campo da radiodifusão* a situação não é menos crítica. Reina a irresponsabilidade dos locutores e apresentadores, pessoas até competentes nos seus misteres de comunicadores, porém, incapazes de apresentar uma atuação à altura das responsabilidades sociais do veículo de que se servem. É comum o apelo à demagogia fácil, ao ludibrio dos milhões de carentes, ao escárnio dos humildes, à exploração de temas que em nada contribuem para a elevação do indivíduo em nenhum sentido. Não será por acaso que as posições que conquistam junto ao público servem de trampolim para a carreira política onde conseguem um sucesso eleitoral retumbante, mas uma atuação, geralmente, medíocre. Sem dúvida, porque são, por si mesmos, ocios e portanto, incapazes de entender o fato político que é, por excelência um fato complexo.

Também, no terreno da radiodifusão, ao que parece, a corrupção corre solta, principalmente, no setor de seleções musicais dos programas. Segundo denúncias dos autores e intérpretes, veiculadas pela imprensa, as emissoras só colocam no ar músicas e cantores mediante pagamento de comissões, o que acaba determinando o sucesso ou o fracasso de uma canção ou de um disco. A acusação é, realmente, grave não só pelo dano que oferece ao artista ou compositor como também pela distorção que ocasiona no panorama musical, que deveria ser fruto da maior ou menor aceleração de uma composição musical num sistema de concorrência livre e honesto.

Com relação à *imprensa escrita* há que se registrar várias ressalvas. Em primeiro lugar existem, ainda, diários respeitáveis, não só a nível regional como nacional. Embora, alguns, tenham decaído de qualidade e apresentem os problemas gerais levantados no início dessas considerações sobre a comunicação. Entretanto, não se pode olvidar que a imprensa, de um modo geral, tem colaborado no atacado para o esclarecimento dos grandes temas nacionais, ou mesmo, recentemente exerceu papel preponderante na luta contra a ditadura dos últimos vinte anos. A reabertura democrática foi conseguida inegavelmente com a colaboração de boa parcela da imprensa do país.

Todavia, esses fatos não isentam completamente a imprensa da situação atual em que se encontra a nação. O nível cultural dos articulistas decaiu sensivelmente, a seleção de matérias tem seguido critérios duvidosos e muitas vezes ambíguos ou excusos. A leviandade campeia e o favorecimento de determinados assuntos ou pessoas parece que não está alheio a certos períodos. Os semanários são, ainda, de nível médio ou baixo e não inspiram credibilidade por parte do público. O sensacionalismo parece ser a diretriz mais utilizada e a impunidade com relação à leviandade e desonestidade de algumas matérias ou notícias tem sido a regra freqüente.

Uma reformulação da comunicação social no Brasil, empreendida dentro dos parâmetros da liberdade e das garantias individuais, seria altamente salutar para os brasileiros. Uma televisão de baixo nível, a radiodifusão viciada e uma imprensa pouco esclarecedora afetam negativamente a cultura ou

contribuem para destruí-la ou perpetuar a mediocridade. Além de exercer outras funções nocivas como a exacerbação da violência, a incompreensão do papel real que a sexualidade deve exercer, e ainda, ajudando a compor um painel irreal da vida ao difundir inverdades e fantasias. Ao invés de constituir-se em alavanca propulsora da sociedade transforma-se em freio das mudanças apropriadas. Os cidadãos não podem continuar passivos frente a essa escalada que invade, diariamente, os seus lares, ajudando a desmorronar as famílias, desencaminhar a infância e a juventude, levando os adultos ao pessimismo e à descrença, aterrorizando os velhos, justamente aqueles que deveriam merecer, pela sua idade, o maior carinho e respeito.

*Recebido em 18 de agosto de 1989*

#### ABSTRACT

The author continued studying his essay "Reflexões sobre a atual crise brasileira" in three aspects:

- a) bureaucratic apparatus' disorganization,
- b) disincentive to private enterprise,
- c) desfigured social communication.

Firstly, he emphasizes the spoiled origin of public administration and the new ways of dependence that have appeared in the middle of this century; secondly, he analyzes the predisposition that economic structure has shown to government's intervention since Taubate's convention; finally, he makes a reference to a general information in the world.

**Key-words:** bureaucratic apparatus economic policy dependence means of communication public opinion's manipulation.